

Neila Maria Oliveira Machado

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Imaginando Sociologias antirracistas: branquitude e relações étnico-raciais no Ensino Básico

Identidade docente e branquitude: desafios e impactos nas práticas pedagógicas da Educação Infantil na rede municipal de educação de Belo Horizonte

São Paulo, SP

2025

IDENTIDADE DOCENTE E BRANQUITUDE: DESAFIOS E IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE¹

Neila Maria Oliveira Machado ²

RESUMO

Esta pesquisa pretende investigar a construção da identidade docente, tendo como referência o conceito de branquitude, buscando analisar alguns dos desafios e impactos nas práticas pedagógicas de um grupo de professores (as) da Educação Infantil que atuam na Regional Noroeste da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Pretende compreender como a branquitude, enquanto estrutura social, influencia a construção da identidade docente e reflete nas práticas educativas, impactando o ambiente escolar. A pesquisa trata de um estudo de caso, com abordagem qualitativa. Para a produção de material empírico, serão realizadas entrevistas com professores (as) da Educação Infantil que se autodeclaram brancos (as), e também observação participante em encontros promovidos por equipes pedagógicas da Regional Noroeste, com participação desses professores. A interpretação do material empírico seguirá a análise de conteúdo proposta por Bardin, permitindo identificar padrões, categorias e significados relevantes para a compreensão da relação entre identidade docente e branquitude.

Palavras-chave: Identidade docente, Branquitude, Educação Infantil, Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A formação e a identidade profissional docente, segundo Souza e Silva (2020), constituem processos dinâmicos e inter-relacionados, influenciados tanto pelas experiências biográficas quanto pelas condições sociais e culturais nas quais os professores atuam. A identidade profissional é a resultante de processos de socialização que conectam a educação, o trabalho e a carreira, possibilitando que os docentes construam sentidos para suas práticas e se reconheçam enquanto profissionais. Esse conceito ganha maior relevância ao ser analisado sob a perspectiva de relações raciais, como a branquitude, que atua de forma estruturante tanto na formação de professores quanto no modo como a identidade docente é percebida no ambiente educacional.

A construção da identidade docente é também atravessada pelas interações com o meio social e pelas narrativas individuais dos professores sobre sua própria trajetória. Segundo Souza e Silva (2020), a identidade é moldada por processos biográficos e relacionais, envolvendo tanto

¹ Este artigo faz parte da dissertação da autora.

² Mestranda em Educação da Pontifícia Universidade Católica - MG, mulher cis, branca. Residente em Belo Horizonte, Minas Gerais. neila.oliveira@educacao.mg.gov.br.

a percepção que o professor tem de si mesmo quanto o reconhecimento externo por parte de seus pares e da sociedade. Esse reconhecimento, descrito como legitimidade subjetiva, é essencial para que o professor se sinta valorizado e integrado às demandas e expectativas institucionais, reforçando o papel das políticas educacionais e das condições de trabalho nesse processo. Assim, a branquitude, entendida como uma estrutura de poder e privilégio racial, influencia não apenas as dinâmicas de reconhecimento, mas também os desafios enfrentados por professores no exercício de suas práticas pedagógicas.

No contexto educacional, o desafio de construir e sustentar uma identidade docente está diretamente ligado à formação inicial e continuada. Essa formação não apenas proporciona os fundamentos teóricos e práticos para o exercício da docência, mas também influencia a maneira como os professores percebem e enfrentam os desafios de sua profissão. Além disso, a articulação entre formação, prática pedagógica e reflexão contínua é fundamental para que os docentes consigam ressignificar suas experiências e construir identidades profissionais alinhadas às demandas contemporâneas da educação (Souza; Silva, 2020). Para além dessas questões, ao inserir a perspectiva da branquitude, abre-se espaço para compreender como o privilégio racial molda as vivências e os processos formativos dos professores, ampliando o debate sobre os desafios de uma educação que seja mais inclusiva.

Segundo Cardoso (2018), branquitude se refere à identidade racial atribuída às pessoas brancas e é entendida como uma prática de poder e privilégio em sociedades racializadas. Pode ser considerado a construção social que se sustenta em vantagens materiais e simbólicas atribuídas aos brancos em detrimento de outros grupos raciais. No contexto da Educação Infantil, esse conceito assume características específicas que afetam tanto as relações interpessoais quanto a escolha de práticas pedagógicas, materiais e representações culturais.

Historicamente, a branquitude foi legitimada por mecanismos políticos, econômicos e culturais que estruturaram as relações sociais de forma hierárquica, colocando o branco como referência normativa e ideal de humanidade. Essa identidade racial opera muitas vezes de forma não problematizada, reafirmando privilégios e silenciando sobre as desigualdades raciais, especialmente em contextos, como a educação, no qual a hegemonia branca se manifesta tanto nas práticas pedagógicas quanto nas representações culturais presentes nos espaços escolares (Cardoso, 2018). Dessa forma, investigar a branquitude na construção da identidade docente permite evidenciar as estruturas de poder que permeiam o ambiente escolar, impactando diretamente as dinâmicas de ensino e aprendizagem.

A escolha deste tema, justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão das dinâmicas raciais e culturais que influenciam a formação docente, com especial atenção para

os impactos da branquitude na prática pedagógica. Diante das desigualdades raciais historicamente presentes na sociedade brasileira e, consequentemente, na educação escolarizada, torna-se fundamental investigar como a identidade racial dos professores se constrói e de que maneira essa construção afeta suas práticas em sala de aula.

Frente ao exposto, este artigo tem por objetivo apresentar o percurso metodológico que será utilizado para investigar como um grupo de professores (as) que atuam na Regional Noroeste da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte refletem sobre a identidade docente, com base no conceito de branquitude, e de que forma tais reflexões impactam a percepção que têm de suas práticas pedagógicas na Educação Infantil, bem como apresentar como o tema vem sendo discutido por outros pesquisadores.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Métodos e técnicas

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois busca compreender os significados e implicações das práticas pedagógicas relacionadas à identidade racial e à branquitude, por meio da análise das experiências narradas pelos professores. A escolha pela pesquisa qualitativa, fundamenta-se na possibilidade de investigar subjetividades e contextos sociais, permitindo a exploração de aspectos que vão além dos dados numéricos, como as dinâmicas raciais presentes nas instituições escolares. Isso possibilita uma compreensão mais profunda sobre as percepções e práticas docentes, contribuindo para o entendimento das relações raciais na Educação Infantil.

Por esta razão, para o tratamento analítico do material empírico, escolheu-se a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), na medida em que consiste em um conjunto de técnicas voltadas para a leitura e interpretação de textos, permitindo uma compreensão mais aprofundada das mensagens transmitidas. Seu propósito é ultrapassar a superfície das informações, identificando sentidos ocultos que podem estar encobertos por aspectos subjetivos ou influências ideológicas (Valle; Ferreira, 2024). Ainda, por meio dela, busca-se desvendar significados não explícitos no material analisado, revelando mensagens implícitas ou ambíguas que exigem maior atenção. Parte-se do princípio de que os textos carregam sentidos que nem sempre são imediatamente perceptíveis, mas que podem ser descobertos por meio de técnicas analíticas adequadas (Bardin, 1977).

A pesquisa envolve um estudo de caso, que, conforme Gil (1989), é caracterizado pela investigação profunda de uma unidade específica. O estudo de caso permite compreender as particularidades de um determinado grupo e suas dinâmicas internas. Neste estudo, a unidade-

caso se delimita aos professores brancos da Educação Infantil que participam das oficinas realizadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Regional Noroeste da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. A escolha desse recorte possibilita explorar como as práticas pedagógicas desses docentes se relacionam com questões étnico-raciais e como a branquitude se manifesta em suas ações e discursos. Embora o estudo de caso não possa ser generalizado para outros contextos, ele contribui para reflexões mais amplas sobre a educação e as relações raciais, possibilitando identificar especificidades relevantes para a área.

Para tal, será utilizado diferentes instrumentos e técnicas de pesquisa, tais como observação participante, entrevistas e discussões provocativas. A observação participante consiste no acompanhamento das oficinas realizadas pelos professores no CRAS, permitindo compreender suas dinâmicas, interações e abordagens pedagógicas. A pesquisadora atuará como observadora e registrará aspectos relevantes das práticas docentes, favorecendo uma análise mais detalhada sobre como as questões de identidade racial e branquitude se manifestam no contexto educacional. Trata-se de uma prática significativa, pois tem o potencial de captar dados e informações que poderiam não ser reveladas em entrevistas ou questionários, pois possibilita um olhar aprofundado sobre as interações espontâneas e o que os professores dizem sobre as suas ações.

Além da observação participante, a pesquisa utilizará entrevistas para obter informações diretas sobre as percepções dos professores. As entrevistas serão realizadas com três docentes selecionados entre os participantes das oficinas do CRAS, buscando aprofundar a compreensão sobre suas concepções acerca da identidade docente e da branquitude. As entrevistas seguirão um roteiro preestabelecido, mas também permitirão uma abordagem mais flexível, possibilitando a exploração de aspectos que possam emergir no decorrer do diálogo. O objetivo é captar as narrativas pessoais e as experiências dos professores, enriquecendo a análise das implicações dessas dimensões na Educação Infantil.

Outra técnica utilizada será a discussão provocativa, que consiste na realização de oficinas conduzidas pela pesquisadora, utilizando imagens, músicas, vídeos, entre outros como estímulos para promover reflexões entre os professores. O recurso tem a finalidade de provocar debates e incentivar os docentes a refletirem criticamente sobre suas práticas pedagógicas e sobre o impacto da branquitude no ambiente escolar. A combinação dessas técnicas permite uma análise mais detalhada da temática investigada.

O *locus* da pesquisa será, portanto, as oficinas e os debates entre professores que acontecem no CRAS da Regional Noroeste de Belo Horizonte, promovidos por equipes pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. A escolha desse espaço

se justifica pelo fato de ali acontecerem discussões sobre questões étnico-raciais com os professores e pela equipe pedagógica ter se mostrado receptiva e acolhedora, tornando-se um *locus* propício para a investigação da temática proposta. Dessa forma, o local de pesquisa se alinha aos objetivos do estudo, possibilitando o contato direto com os docentes e suas práticas pedagógicas no contexto das oficinas.

A seleção dos participantes ocorrerá de maneira progressiva, à medida que as observações e oficinas forem realizadas. No entanto, já se estabelece como critério que os professores selecionados para a entrevista sejam docentes da Educação Infantil, participantes das oficinas no CRAS e que se autodeclarem brancos. Essa delimitação é relevante para a análise proposta, pois a pesquisa busca compreender as perspectivas desses docentes no contexto das discussões étnico-raciais envolvendo o conceito de Branquitude. A escolha será feita com base nas observações e interações durante as oficinas, permitindo que os professores sejam selecionados, considerando o envolvimento nas discussões e contribuições para a pesquisa.

Análise e interpretação dos dados

A análise dos dados seguirá a abordagem da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1977), um método que surge na tentativa de sistematizar a interpretação de mensagens, utilizando procedimentos com rigor e organização para garantir uma abordagem científica na exploração de textos e comunicações. Esse método emergiu da tradição de interpretação de textos, especialmente no contexto das ciências humanas e sociais, onde o desafio de lidar com a heterogeneidade e a subjetividade dos dados levou à necessidade de maior objetividade e validação dos resultados (Valle; Ferreira, 2024).

As questões de subjetividade e objetividade são discutidas nas pesquisas científicas. Weber (1991) afirma que o objetivo do conhecimento científico é organizar racionalmente a realidade empírica. Isso significa que o conhecimento não busca apenas reproduzir uma ordem objetiva pré-existente, mas sim atribuir uma ordem a aspectos selecionados de uma infinita multiplicidade de fenômenos experienciados. Dessa forma, a objetividade é uma qualidade do conhecimento produzido pelo pesquisador, baseada em critérios de análise e interpretação. Weber (1991) também reconhece a importância da subjetividade na produção do conhecimento científico. Para ele, o pesquisador não é apenas um observador passivo, mas um sujeito ativo que seleciona, interpreta e organiza dados empíricos de acordo com suas perspectivas e valores pessoais. O autor faz crítica à ideia de uma ciência livre de pressupostos, enfatizando que os

valores e perspectivas subjetivas do pesquisador influenciam a escolha dos temas de pesquisa, a seleção dos dados e a interpretação dos resultados.

Assim, Weber propõe uma estratégia científica que reconhece a influência dos valores e perspectivas subjetivas, mas que também busca objetividade por meio de métodos e critérios. A objetividade não implica neutralidade axiológica, ou seja, a ausência de valores na pesquisa científica. Em vez disso, a objetividade deve ser vista como um ideal regulador que orienta a pesquisa, mesmo que nunca seja completamente alcançada (Weber, 1991). Portanto, o equilíbrio entre subjetividade e objetividade é fundamental para legitimar o conhecimento produzido, permitindo que valores sejam considerados sem comprometer o rigor científico.

Diante disso, a Análise de Conteúdo se propõe como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que priorizam o rigor metodológico. Sua principal pretensão é atingir a significação dos textos, superando as aparências ou os níveis superficiais das mensagens. Esse movimento implica a busca por um significado latente que pode ser ocultado pelas dinâmicas subjetivas ou ideológicas. A Análise de Conteúdo tem suas raízes em abordagens clássicas de interpretação textual, mas é no início do século XX que ela se consolida como método científico. Essa consolidação está alinhada a um modelo positivista de ciência, herdeiro da tradição iluminista, que valoriza a neutralidade e o rigor como garantias de validade e objetividade. Parte-se do princípio de que é possível acessar significados ocultos por meio de um trabalho sistemático de interpretação. Para isso, o método faz uso de categorias e critérios que auxiliem na identificação de elementos relevantes e na organização do material analisado (Valle; Ferreira, 2024).

O objetivo principal da Análise de Conteúdo é tornar o processo de interpretação mais rigoroso e confiável. Essa metodologia procura ultrapassar incertezas e enriquecer a compreensão das mensagens, na medida em que busca garantir objetividade, na tentativa de afastar elementos subjetivos e ideológicos que possam interferir na análise, o método estabelece critérios claros e replicáveis. Para Bardin (1977), essa objetividade é essencial para conferir legitimidade científica aos resultados. Também pretende atingir a significação profunda, pois a análise busca ir além do que é imediatamente visível no texto, investigando mensagens ocultas ou ambíguas que demandam uma interpretação cuidadosa. Leva-se em consideração que o texto esconde significados que podem ser desvendados com ferramentas metodológicas adequadas. Por fim, faz a validação de descobertas ao associar análise quantitativa com interpretação qualitativa, o método permite que hipóteses sejam testadas e resultados sejam apresentados com base em evidências, conferindo maior confiabilidade aos estudos.

Deste modo, o processo de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (1977), é composto por três etapas principais. A pré-análise é a fase inicial consiste na organização do material a ser analisado, incluindo a escolha dos documentos, a definição dos objetivos e a formulação de hipóteses. A leitura flutuante é uma atividade fundamental nesse momento, permitindo ao pesquisador familiarizar-se com o corpus e formular primeiras impressões. Depois disso, se faz a exploração do material e nessa etapa, o pesquisador aplica técnicas de codificação, categorizando o conteúdo de acordo com os critérios definidos. A análise pode envolver o cruzamento de frequências ou a identificação de temas recorrentes, que auxiliem na construção de inferências. Por fim, o tratamento e interpretação se configura na fase final e que consiste na interpretação dos resultados obtidos, buscando construir um quadro compreensível e significativo. Aqui, o pesquisador reflete sobre os achados à luz dos objetivos de pesquisa e do referencial teórico adotado.

Aspectos éticos da pesquisa

Importante destacar que a pesquisa somente se iniciará após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Aos participantes será solicitado, caso concordem em participar da pesquisa, a leitura atenta e a assinatura do TCLE, momento em que será enfatizado os riscos e os benefícios da investigação, bem como a garantia de sigilo sobre a identidade dos participantes e as informações coletadas. Os riscos aqui encontrados incluem o cansaço e algum eventual desconforto durante a entrevista/oficinas, todavia, a pesquisadora estará sempre atenta ao participante, garantindo-lhe o direito de interromper a qualquer momento a entrevista, de não responder alguma pergunta que não deseje ou cause desconforto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Branquitude e relações raciais

Ao longo da história, conforme argumentado por Moreira (2014) a população branca foi de modo constante retratada como o padrão ideal de humanidade. Esse *status* privilegiado se consolidou por séculos e continua sendo legitimado no mundo contemporâneo. Corroborando, Cardoso (2021) pontuou que o branqueamento se trata de algo presente no imaginário social e parece seguir a lógica hegemônica que dá ao branco inúmeras vantagens, tanto aos bens materiais quanto aos simbólicos, em relação ao não branco.

Apesar dos avanços acadêmicos na desconstrução dessa visão, ainda há uma carência de debates que trate da responsabilidade dos próprios brancos na perpetuação da estrutura de desigualdades. Isso contribui para a manutenção de um sistema que segue operando, mesmo com o fortalecimento de políticas de enfrentamento ao racismo (Moreira, 2014).

A discussão sobre o papel da população branca nas relações raciais é relativamente recente, especialmente no Brasil. Embora já existissem reflexões sobre o tema, foi apenas no final do século XX que os estudos sobre a identidade racial branca começaram a ganhar maior visibilidade, consolidando-se no cenário acadêmico internacional. Nos Estados Unidos, desenvolveu-se um campo de pesquisa dedicado a entender o lugar de vantagem estrutural dos brancos dentro de sociedades moldadas pela dominação racial. Essa perspectiva evidencia que, para pessoas brancas, a própria identidade racial muitas vezes passa despercebida, enquanto, para pessoas negras, a branquitude se impõe como uma barreira à construção de uma identidade positiva, já que o padrão de excelência e sucesso ainda se associa à imagem branca (Moreira, 2014).

Nesse sentido, Moreira (2014) defende que o conceito de branquitude começou a ser utilizado de forma mais recorrente a partir dos anos 2000. Cardoso (2014) pontua que a primeira tese de doutorado defendida com esse tema foi no ano de 2002, de Maria Aparecida da Silva Bento, investigando a identidade racial branca por meio de discursos de profissionais em duas prefeituras na região Sudeste. Deste modo, Bento (2002) referia-se ao branqueamento como algo forjado pela elite brasileira, a qual sustentava a ideia de beleza e inteligência de grupo racial branco, intencionalmente, a fim de legitimar a hegemonia destes grupos nos mais variados contextos sociais. A tese de Bento (2002) significou, portanto, um marco dos estudos sobre branquitude no país.

Assim como em diversas regiões do mundo, a trajetória histórica do Brasil foi fortemente influenciada pela colonização europeia, pela escravização e pela dizimação de populações negras e indígenas. As violências, exclusões e opressões perpetradas ao longo de mais de cinco séculos, não apenas estabeleceram um sistema estruturado na supremacia branca, mas também o perpetuam na cotidianidade por meio de adaptações sutis nas dinâmicas sociais (Reis et al., 2024). Para esses autores, a análise do período colonial permite compreender como a conquista da América resultou em apagamentos históricos e violências, sendo a epistêmica uma das mais impactantes. A negação das subjetividades dos povos indígenas e das pessoas negras escravizadas, bem como de seus conhecimentos e modos de vida, impôs a assimilação dos valores do colonizador, instaurando uma hierarquia epistêmica de alcance global.

No contexto brasileiro, essa realidade se manifesta na manutenção de uma sociedade hierarquizada, sustentada pela ideologia do branqueamento, como destacam estudiosos da área. A crença no mito da democracia racial tende a mascarar os mecanismos que historicamente privilegiaram a população branca, seja por meio da imigração europeia incentivada no pós-abolição, seja por políticas que marginalizam corpos negros, evidenciando práticas de necropolítica. Como mencionado em produções culturais contemporâneas, essa realidade se reflete na violência sistêmica e na indiferença social diante do extermínio da população negra (Reis et al., 2024).

Apesar das tentativas históricas de branqueamento físico e social, os movimentos sociais possuem importante papel na resistência e na busca por justiça, tanto social quanto cognitiva. No entanto, a ideia de superioridade branca ainda se manifesta na valorização desigual de características e competências, perpetuando privilégios dificilmente questionados. Quando confrontadas, os brancos podem demonstrar resistência à reflexão crítica sobre sua posição na estrutura social, e este é um fator que também pode reduzir o avanço de debates e transformações. Reis et al. (2024) intitulam-se educadoras reflexivas e atuantes que reconhecem a importância de tensionar o papel das pessoas brancas na luta antirracista. Isso implica refletir sobre privilégios e seus impactos nos espaços escolares, assumindo um compromisso político e ético com a construção de um ambiente equitativo.

Nos últimos anos, quando se trata da Educação Infantil, diversos estudos vêm apontando que as crianças negras são frequentemente tratadas de forma diferenciada nesta etapa da escolarização. Para Marinho e Martins (2016), a instituição escolar, que deveria ser um espaço de inclusão e acolhimento, muitas vezes reproduz crenças e práticas discriminatórias, ainda que de maneira velada. Essas atitudes podem ser negligenciadas pelos próprios educadores e passam despercebidas pelas famílias, perpetuando um ciclo de desigualdade. Os autores apontam que as pesquisas sobre o cotidiano escolar demonstram que algumas atividades e oportunidades são frequentemente direcionadas prioritariamente às crianças brancas, enquanto as negras enfrentam maior dificuldade de acesso a experiências que incentivem sua expressão e reconhecimento. Esse tratamento desigual afeta o desenvolvimento emocional e social das crianças negras, reforçando estereótipos e contribuindo para a reprodução de ideias equivocadas sobre identidade racial. Sob uma perspectiva histórico-cultural, entende-se que a identidade da criança se constitui a partir da internalização dos discursos sociais e das interações em seu ambiente. Dessa forma, a maneira como ela é tratada na escola tem um impacto direto na construção de sua autoimagem. Estudos tem demonstrado que a socialização das crianças negras está diretamente ligada às mensagens que recebem tanto dentro quanto fora do ambiente

escolar. Assim, é na escola que muitas delas começam a perceber o significado de sua identidade racial e o lugar que ocupam na sociedade (Marinho; Martins, 2016).

O estudo também observou que nas brincadeiras e interações cotidianas, são comuns as manifestações de preconceito racial. Muitas vezes, a escola não reconhece essas situações ou falha em intervir, permitindo que padrões racistas sejam perpetuados. Personagens, histórias e representatividades encontradas no material pedagógico frequentemente seguem um padrão eurocêntrico, reforçando a ideia de que a branquitude é a norma e que os demais grupos raciais são marginalizados ou invisibilizados. Isso impacta diretamente na formação do autoconceito das crianças, fazendo com que as brancas se vejam como padrão de beleza e bondade, enquanto as negras podem internalizar uma sensação de inferioridade (Marinho; Martins, 2016).

Por fim, a pesquisa mostrou que o preconceito racial se manifesta de diversas formas dentro do ambiente escolar, desde a atribuição de apelidos pejorativos até a exclusão de certas crianças de brincadeiras e atividades. Em muitos casos, os educadores não intervêm a menos que haja agressão física, o que demonstra dificuldades para lidar com o problema e contribuir para um ambiente verdadeiramente inclusivo. A omissão docente nesses casos reforça a permanência da discriminação no espaço escolar. Para transformar essa realidade, é fundamental que a formação de professores inclua a discussão sobre questões étnico-raciais. A Lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, mas sua efetivação depende do preparo dos docentes para abordar a temática de forma adequada (Marinho; Martins, 2016).

A pesquisa etnográfica realizada por Rita de Cássia Fazzi, em 1997, nas escolas públicas de Belo Horizonte, evidencia as múltiplas camadas de vivência do racismo entre crianças brasileiras. A autora mostra como o preconceito racial se manifesta de forma cotidiana e muitas vezes naturalizada nas interações infantis, tanto nos espaços escolares quanto no ambiente familiar. Na obra intitulada *O drama racial de crianças brasileiras*, destaca a complexidade da socialização racial, expondo os insultos, epítetos e estereótipos direcionados a crianças com fenótipos negros, mesmo dentro de contextos em que se presume haver cuidado e proteção, como o núcleo familiar. A partir da escuta das próprias crianças, identificou-se que, embora muitas delas reproduzam ofensas racistas, também se valem de discursos morais e religiosos que tentam relativizar ou mesmo negar o racismo presente em suas vivências (Fazzi, 2012).

Contudo, Fazzi (2012) aponta que tais discursos relativizadores, como “somos todos filhos de Deus” ou “todas as pessoas são iguais”, são frágeis frente a situações de conflito interpessoal, nas quais emergem insultos e agressões baseados em características raciais. Assim, propõe uma leitura dialética das atitudes raciais infantis, entendendo-as como

expressões de um campo em disputa entre hegemonias e contra hegemonias. O drama racial das crianças negras, portanto, não reside apenas na exposição constante ao preconceito, mas também na internalização de discursos contraditórios e na tentativa de se posicionar diante deles. A presença de discursos antirracistas no cotidiano das crianças é um ponto de partida importante, mas alerta para a necessidade de fortalecê-los por meio de políticas públicas e currículos escolares comprometidos com uma educação antirracista desde a infância.

Diante desse cenário, a sensibilização dos educadores é um passo essencial. Para que possam atuar de maneira efetiva contra o racismo, é necessário que reflitam sobre os valores e conceitos que foram historicamente impostos e reproduzidos. A formação de professores deve ser voltada não apenas para o ensino da história afro-brasileira, mas também para a desconstrução de estereótipos e preconceitos arraigados. A Educação Infantil desempenha um papel fundamental na formação das identidades das crianças, tornando-se um espaço privilegiado para a construção de valores que promovam a igualdade racial. Trabalhar com referências culturais diversas, promover representação nos materiais didáticos e garantir um ambiente de respeito e acolhimento são algumas das estratégias para que a escola cumpra seu papel social. A formação docente deve ir além do conteúdo técnico, estimulando uma reflexão crítica sobre as relações étnico-raciais e incentivando uma prática pedagógica que valorize todas as crianças, independentemente de sua cor ou origem. Apenas com essa abordagem será possível avançar rumo a uma educação antirracista (Marinho; Martins, 2016).

Pode-se também considerar que a reflexão sobre a própria identidade docente possibilita aos profissionais da educação identificarem mecanismos que perpetuam desigualdades no ambiente escolar. Cardoso (2008) aponta que compreender a invisibilidade da identidade branca é fundamental para que os educadores possam reconhecer os privilégios e desafios inerentes à sua formação, promovendo assim uma prática pedagógica mais crítica. Dessa forma, a investigação sobre essa temática permite a ressignificação de práticas que favoreçam o desenvolvimento integral da criança na Educação Infantil.

Além disso, a abordagem da identidade docente a partir do conceito de branquitude estimula a discussão sobre as implicações das representações sociais na sala de aula. Marinho e Martins (2016) argumentaram que o reconhecimento dos privilégios associados à branquitude pode ser um instrumento importante para a promoção de políticas educacionais antirracistas, que contribuam para a redução de estigmas e a ampliação da equidade no ambiente escolar. Esses estudos ressaltam a importância de que os professores atuem como agentes transformadores, questionando modelos tradicionais e promovendo uma educação que valorize a diversidade.

Por fim, a relevância dessa investigação está na possibilidade de transformar a prática docente e, conseqüentemente, o cotidiano escolar, por meio de uma reflexão crítica sobre as relações de poder e as desigualdades raciais. Reis et al. (2024) enfatizam que a análise da branquitude na formação dos professores permite identificar caminhos para uma educação mais inclusiva, onde as práticas pedagógicas sejam repensadas e adaptadas para atender às demandas de uma sociedade diversa. Assim, promover a reflexão sobre a identidade docente e o impacto do conceito de branquitude é uma estratégia para fomentar mudanças significativas na Educação Infantil (Reis et al., 2024).

Identidade profissional docente

Sobre o conceito de identidade, Hall (2011, p. 10-13) sugere que “nas sociedades da modernidade tardia, as identidades estão em constante transformação, influenciadas pelas formas como somos representados e chamados à ação nos diferentes contextos culturais em que vivemos”. Assim, a formação das identidades está diretamente ligada aos modos como os indivíduos são abordados e simbolizados nos diversos artefatos culturais, não sendo um processo automático, mas algo que pode ser adquirido ou perdido (Zubaran; Cruz, 2019).

A articulação entre a construção identitária e as práticas pedagógicas exige uma compreensão aprofundada dos mecanismos que fundamentam as relações de poder no ambiente escolar. Moreira (2014) argumenta que a branquitude, enquanto construção social, influencia a forma como os professores percebem e exercem sua função, estabelecendo um padrão que pode tanto favorecer quanto restringir uma prática docente antirracista. Essa perspectiva convida a uma análise crítica que reconheça as origens históricas dos privilégios e das desigualdades presentes no sistema educacional (Moreira, 2014).

A identidade profissional de um indivíduo é moldada por diversos fatores, como status social, remuneração, formação acadêmica, contexto histórico e as condições do mercado de trabalho. No caso dos professores, esse processo é ainda mais desafiador, pois a profissão enfrenta inúmeras dificuldades e conflitos. É impossível pensar em soluções para a educação sem considerar a figura central desse sistema: o professor (Santos; Silva, 2020).

A construção da identidade profissional docente ocorre dentro de um processo contínuo, influenciado pelas representações sociais da profissão e pela constante ressignificação de seu papel na sociedade. O reconhecimento da docência como uma profissão fundamental para a transformação social fortalece essa identidade e reafirma sua importância. Além disso, a identidade do professor se consolida na interação com seus pares e no cotidiano da prática pedagógica. A cultura profissional estabelece um código próprio dentro do grupo, baseado na

troca de experiências e na vivência no ambiente escolar. Dessa forma, cada docente constrói sua identidade a partir de sua trajetória de vida, dos valores que carrega, dos desafios que enfrenta e da forma como percebe seu papel na sociedade. O impacto da docência ultrapassa os limites da sala de aula e se reflete diretamente na implementação de políticas educacionais.

Para se ter uma ideia da dimensão desse grupo, de acordo com os dados mais recentes do Censo Escolar 2023, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil conta com aproximadamente 2,35 milhões de professores atuando na educação básica. A maioria desses profissionais está concentrada no ensino fundamental, representando cerca de 60,3% do total. Além disso, observa-se um crescimento significativo no número de docentes na Educação Infantil, com um aumento de 15% entre 2021 e 2023 (Inep, 2023). Diante dessa realidade, é essencial compreender como a identidade docente tem se desenvolvido ao longo da história, analisando os fatores que influenciaram sua construção e os desafios enfrentados pela categoria. É nesse contexto que este estudo se propõe a discutir a formação da identidade profissional do professor, destacando suas implicações e transformações no cenário educacional brasileiro (Santos; Silva, 2020).

Em consonância, Cardoso (2008) ressalta que a reflexão sobre a própria identidade não se limita à percepção pessoal, mas se estende às práticas pedagógicas cotidianas. A integração entre o conceito de branquitude e a construção identitária dos professores permite identificar elementos que sustentam uma educação tradicional e, por vezes, excludente. Dessa forma, a articulação entre teoria e prática é vista como um caminho para a implementação de metodologias que questionem e transformem os discursos hegemônicos na sala de aula.

A discussão sobre a influência da branquitude na prática docente aponta para a necessidade de uma formação continuada que contemple reflexões sobre as origens históricas dos privilégios raciais e sua reprodução no cotidiano escolar. Marinho e Martins (2016) sugerem que, ao compreender como a identidade é construída a partir de referências históricas e culturais, os professores podem desenvolver uma postura crítica que estimule práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. Essa articulação é fundamental para repensar as estratégias tradicionais e promover uma educação que valorize a diversidade.

Finalmente, a integração entre identidade e prática docente, mediada pelo conceito de branquitude, proporciona uma visão mais ampla dos desafios e possibilidades presentes na Educação Infantil. Reis et al. (2024) destacam que a reflexão crítica sobre os discursos que sustentam a branquitude pode revelar caminhos para a transformação das práticas pedagógicas, possibilitando a criação de ambientes de aprendizagem menos excludentes. Dessa forma, articular teoria e prática não apenas enriquece o debate acadêmico, mas também propicia a

construção de uma escola que reconheça e valorize a sua diversidade, tendo em vista o conceito de branquitude e a percepção dos docentes a respeito disso.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao explorar como o conceito de branquitude contribui para a identidade docente e suas implicações na interação com os alunos, a pesquisa busca ampliar a reflexão sobre os desafios das relações raciais na Educação Infantil. A análise, baseada em relatos dos professores, coletados em observações e entrevistas, permitirá compreender de que forma os professores percebem sua identidade à luz do conceito de branquitude e como essa percepção influencia sua atuação pedagógica.

Além disso, o estudo parte da hipótese de que as experiências pessoais e as influências culturais estão diretamente ligadas ao ensino e à construção de um ambiente educacional, podendo este ser mais inclusivo ou reforçar mecanismos de exclusão. Dessa forma, a investigação se insere em um debate necessário para a construção de práticas pedagógicas mais críticas e reflexivas, contribuindo para uma formação docente comprometida com a equidade racial.

REFERÊNCIAS

BARDIN. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

BENTO, M. A. S. **Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

CARDOSO, C. **Branquitude na Educação Infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/58134/R%20-%20D%20-%20CINTIA%20CARDOSO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CARDOSO, C. **Branquitude na educação infantil**. Curitiba: Appris, 2021.

FAZZI, R. de C. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em 10 mai. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARINHO, C.; MARTINS, E. Educação Infantil e relações étnico- raciais: impactos da formação docente nas práticas educativas. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n. 34, p. 42-63. 2016.

MOREIRA, C. BRANQUITUDE É BRANQUIDADE? UMA REVISÃO TEÓRICA DA APLICAÇÃO DOS TERMOS NO CENÁRIO BRASILEIRO. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**. [S.1.], v.6. n 13. p. 73-87. 2014.

REIS, G.; REIS, M.; TEIXEIRA, E.; SILVA, A. Virando de ponta-cabeça: branquitude, (trans)formação docente e outros mundos possíveis. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 28, n. 57, p. 1-23, 2024. DOI: 10.26694/rles.v28i57.5389.

SANTOS, A. M; SILVA. R. S. O Processo de construção da identidade docente no Brasil. In: **XV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 15, 2016. **Anais**. PUCRS, 2016. Disponível em <https://www.rcaap.pt/detail.jsp?id=oai:repositorio.pucrs.br:10923/21857>. Acesso em 20 mar. 2025.

SOUZA, G. A. de; SILVA, O. O. N. da. Construção da identidade docente: uma revisão sistemática. **Educação em Revista**, Marília, v. 21, n. 1, p. 9-24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2020.v21n01.02.p9>. Acesso em: 10 jan. 2025.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. de L. Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em Educação. In: **SciELO Preprints**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7697>. Acesso em: 10 jan. 2025.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber**. São Paulo: Ática; 1991. p. 79-127.

ZUBARAN, M. A.; CRUZ, J. M. F. Educação e branquitude: uma discussão com professores da educação básica. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 20, n.44, p. 138 - 154, 2019.